

INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte: CB
Data: 22/11/2000 Pg 7
Class.: 119

MEIO AMBIENTE

Proprietários de serrarias, cascalheiras e outros empreendimentos devem suspender trabalho na Floresta Nacional de Brasília. Quantidade de madeira devastada na área ecológica seria suficiente para carregar 200 caminhões

Ibama proíbe atividade em Flona

Kátia Marsicano
Da equipe do Correio

A partir de hoje, estão proibidas todas as formas de exploração do meio ambiente na Floresta Nacional de Brasília (Flona), principal unidade de conservação localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) do Descoberto e onde se concentram a maioria dos mananciais, responsáveis por mais de 60% do abastecimento do Distrito Federal.

Serrarias, cascalheiras e outros empreendimentos com ou sem licença para funcionar de-

vem suspender as atividades até que esteja concluído o levantamento que irá definir o grau de impacto ambiental causado por eles. Quem desobedecer à determinação será enquadrado na Lei de Crimes Ambientais, pode ser preso pela Polícia Federal e ter apreendidos a mercadoria e o equipamento utilizado.

A decisão foi tomada ontem pela presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marília Marreco, depois da interdição de uma serraria que funcionava sem autorização a menos de 50 metros do limite da Flona, perto de Brazlândia. O episódio resultou na demissão do superintendente do Ibama/DF, Salviano Guimarães, que deixou o cargo acusado de ter permitido a atividade no local.

Guimarães não foi localizado para falar sobre o assunto, mas, na segunda-feira, declarou ao **Correio** que não havia autorizado o funcionamento da serraria. De acordo com a Resolução Conama 13/90, atividades localizadas a até 10 quilômetros de distância de unidades de conservação precisam ter licenciamento ambiental. Além de Salviano, também foi demitido na segunda-feira, o chefe da APA

do Descoberto, Marcelo Silva Gomes. A presidente do Ibama negou que a demissão do superintendente esteja relacionada com o caso da serraria. "Ele não tem o perfil que queremos", disse.

Lindauro Gomes



ANTÔNIO FERREIRA, DONO DE SERRARIA, FOI AUTUADO PELO IBAMA NACIONAL, MAS TEM AUTORIZAÇÃO DA SEÇÃO LOCAL

do Descoberto, Marcelo Silva Gomes.

A presidente do Ibama negou que a demissão do superintendente esteja relacionada com o caso da serraria. "Ele não tem o perfil que queremos", disse.

"Salviano é muito mais político do que técnico, e o Marcelo deixou de realizar muitas ações de sua competência", avaliou.

Na manhã de ontem, as sete máquinas da serraria Pinus estavam paradas. Desde o último

dia 9, foram lacradas pelo Ibama nacional. O dono, Antônio Ferreira, multado em R\$ 2 mil, reclama dos prejuízos. "Vinte pais de família estão sem trabalhar e ainda há sete caminhões de madeira enclalhados no

pátio", diz. Ferreira garante que compra o pinus da Caixaria Freitas, de Sobradinho.

Entre os documentos que apresenta, no entanto, uma estranha coincidência: no mesmo dia da autuação pelo Ibama federal, a superintendência local emitiu para ele um Certificado de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, garantindo-lhe a legalização. "Salviano disse que eu tinha chance de funcionar e não devia pagar a multa porque não sabia dessas proibições", completa Ferreira.

A gerente da Flona, Cynthia de Souza, calcula que 2 mil m³ de árvores já tenham sido destruídos em toda floresta — o suficiente para encher a carroceria de mais de 200 caminhões. A Flona tem 9.354.810 hectares.

A demissão de Guimarães, surpreendeu os ambientalistas. Para o secretário-executivo do Fórum das ONGs Ambientais, César Victor do Espírito Santo, o caso é político. "Ele foi um dos defensores da implantação da Flona. O problema é que andava meio desgastado com a presidente do Ibama", lamenta.

Na opinião do procurador da República, Alexandre Camanho, o ex-superintendente não pode ser responsabilizado pela Flona. "Quem assinou na Justiça como responsável pelas áreas foi a presidente do Ibama nacional e não o superintendente regional", argumenta. "O que estiver errado é por culpa do Ibama nacional".

OBRA NO COLORADO É DENUNCIADA

O Ministério Público Federal entrou com ação civil pública e de improbidade administrativa contra o Distrito Federal e o Departamento de Estradas de Rodagens (DER-DF). Motivo: a obra do viaduto na altura do Posto Colorado, em Sobradinho. O procurador da República, Alexandre Camanho, explica que houve danos ambientais e aumento do orçamento da construção em quase R\$ 2 milhões. "O lençol freático do local foi atingido e houve contaminação das águas. Não poderia ter sido liberada licença ambiental", critica o procurador. Por conta disso, a Procuradoria da República ordenou a abertura de inquérito na Polícia Federal para indiciar o subsecretário de Meio Ambiente, Fernando Fonseca pela emissão da licença ambiental para a construção do viaduto no Colorado.